

Sumário

Dedicatória	9
Prefácio	11
Introdução	19
Parte 1 – Teoria geral da execução: aspectos práticos relevantes	23
1.1. O art. 771: dispositivo fundamental para o estudo da execução	24
1.2. Principais princípios basilares inerentes à execução	30
1.2.1. Princípio da efetividade da execução	30
1.2.2. Princípio da patrimonialidade ou da responsabilidade patrimonial....	30
1.2.3. Princípio da satisfatividade.....	30
1.2.4. Princípio da livre disponibilidade do processo de execução.....	31
1.2.5. Princípio da menor gravosidade ou menor onerosidade	32
1.2.6. A execução não deve levar o executado a uma situação incompatível com a dignidade humana	33
Parte 2 – Cumprimento da sentença de obrigação de pagar	43
2.1. Adequação da localização da regra do cálculo aritmético.....	44

2.2. Os títulos executivos e a competência para o cumprimento da sentença de obrigação de pagar quantia.....	45
2.3. O procedimento do cumprimento definitivo da sentença – o requerimento pelo credor, a intimação do devedor e a natureza do prazo para o pagamento.....	53
2.3.1. A natureza processual do prazo para pagamento	58
2.4. O cumprimento provisório da sentença.....	67
2.5. A impugnação ao cumprimento da sentença	74
2.6. A incidência de honorários para a fase de cumprimento da sentença que condena a obrigação pecuniária.....	81
2.6.1. Há honorários na impugnação ao cumprimento da sentença?	82
2.7. Gratuidade não requerida ou não decidida na fase de conhecimento e a decisão que a concede na fase de cumprimento da sentença definitiva.....	83
Parte 3 – Fase inicial do processo de execução	87
3.1. Petição inicial e a fixação de honorários advocatícios.....	88
3.2. A averbação premonitória	95
3.3. Citação postal na execução	104
3.4. A penhora	113
3.4.1. A substituição da penhora.....	121
3.4.2. A penhora de fração sobre bem indivisível e sua alienação integral – como fica a posição do cônjuge do executado ou do coproprietário do bem penhorado?	136
3.4.3. A impenhorabilidade	145
3.4.4. O salário pode ser penhorado?	162
Parte 4 – A opção do devedor pelo reconhecimento do crédito exequendo e o direito ao parcelamento: a <i>moratória judicial</i>	171
Parte 5 – Os embargos à execução.....	183
5.1. Natureza jurídica, competência e outras noções propedêuticas	184

5.2. Questões relacionadas ao prazo para oposição dos embargos à execução ..	190
5.3. A matéria dos embargos à execução	196
5.4. A rejeição liminar dos embargos	203
5.5. Efeitos da oposição dos embargos à execução sobre o andamento da execução.....	206
5.6. A resposta do embargado	212
5.7. A sentença e o recurso de apelação nos embargos à execução	214
Parte 6 – Responsabilidade patrimonial e técnicas visando à satisfação do crédito (as fraudes patrimoniais)	217
6.1. Fraude à execução.....	220
6.2. Fraude contra credores	242
6.3. Desconsideração da personalidade jurídica (art. 790, VII)	255
6.3.1. Natureza jurídica da desconsideração da personalidade jurídica.....	258
6.3.2. Análise da desconsideração no âmbito do direito civil.....	259
6.3.3. Aplicação nas relações de consumo	265
6.3.4. A desconsideração inversa	266
6.3.5. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	267
6.3.6. Extensão da desconsideração para os ex-sócios da empresa.....	271
6.3.7. Há prazo para o requerimento da desconsideração da personalidade jurídica?	273
Parte 7 – Avaliação e formas de alienação do bem penhorado	289
7.1. Avaliação.....	290
7.2. Adjudicação	292
7.3. Alienação por iniciativa particular	307
7.4. Leilão: aspectos principais.....	316
Parte 8 – Medidas atípicas visando à efetivação da obrigação pecuniária (art. 139, IV) e outras técnicas tipificadas como forma coercitiva de cumprimento da obrigação de pagar	331

8.1. Penhora de recebíveis de cartão de crédito ou débito	346
8.2. Outras medidas que servem para compelir o devedor a quitar a execução	350
8.2.1. Protesto de título executivo judicial definitivo: art. 517.....	350
8.2.2. Negativação do executado: art. 782, §§ 3º a 5º	351
Parte 9 – O crédito condominial.....	355
9.1. A execução de crédito condominial fundada em título executivo extrajudicial ...	356
9.2. A possibilidade de inclusão das parcelas vincendas em relação ao ajuizamento da execução.....	364
9.3. O compromissário comprador e a legitimidade passiva da execução	372
9.4. A prescrição do crédito condominial.....	374
9.5. A possibilidade de penhora do próprio imóvel que gerou a dívida.....	378
Parte 10 – A ação monitória como forma de recuperação de crédito.....	383
10.1. A monitória e seus requisitos.....	384
10.2. A expedição do mandado monitório, a citação e as possíveis atitudes do réu.....	392
10.2.1. Cumprimento da obrigação.....	397
10.2.1.1. O cumprimento da obrigação de forma parcelada na ação monitória.....	397
10.2.2. Inércia do réu.....	402
10.2.3. Os embargos ao mandado monitório.....	407
10.2.3.1. A improcedência dos embargos ao mandado monitório e o recurso de apelação.....	413
Anexo	425
1. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça sobre execução.....	426
2. Enunciados da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – temática: execução.....	428
3. Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis sobre execução..	428
Conteúdo Extra Exclusivo no Formato Proview	
4. Enunciados da I Jornada de Direito Processual Civil	